



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

*Já estamos habituados ao romance anual de José Lins do Rego; uma escapada ao Nordeste em sua companhia faz parte do nosso ritmo de vida. Durante cinco anos, em livros ora mais plenamente realizados, como **Menino de engenho** e **Banguê**, ora mais fracos, como **Doidinho**, mas sempre vivos e verdadeiros, o romancista nos trazia mais um caso da família de José Paulino, mais uma vicissitude do Santa Rosa, mais um aspecto da existência nas lavouras de cana do Nordeste, e da indústria do açúcar. Com **Usina** esgotou o assunto. Sem se repetir, não poderia continuar a estudar o mesmo tema.*

*Que daria José Lins do Rego sem o açúcar, sem as recordações de infância? Essa pergunta era formulada por todos quantos admiramos o seu talento e seguimos com interesse a expansão da sua força criadora. **Pureza** foi a resposta do romancista e a pedra de toque nos permitiu aquilatar com segurança da sua capacidade de criar livremente, sem o ponto de partida das evocações de gente e coisas familiares.*

*José Lins do Rego mostrou [...] poder prescindir da terra para formar o ambiente, dos canaviais que assobiam ao vento, das pastagens sonoras de mugidos, dos rios de cheias aterradoras, das matas floridas, de tudo aquilo que constitui, sobretudo em **Menino de engenho**, um fundo de beleza e poesia. E sobretudo provou que, embora as raízes de sua vocação de romancista se alimentem do seu provincianismo, não está escravizado à literatura regionalista, não é apenas o cronista do Nordeste.*

(Trecho da nota de Lúcia Miguel Pereira ao romance **Pureza**, de José Lins do Rego. 5 ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1956, com atualização ortográfica em respeito ao Acordo vigente)

1. É correto afirmar, considerando-se o teor do texto, que a autora
- (A) defende a literatura voltada para aspectos regionais, como superior a qualquer outra.
 - (B) aponta para uma mudança favorável na criação literária de um romancista nordestino.
 - (C) analisa o viés repetitivo dos temas abordados por um escritor nordestino, o que lhe tira a originalidade.
 - (D) aborda a permanência, nos romances nordestinos, de temas já esgotados, como o do ciclo do açúcar.
 - (E) avalia a importância de um romancista como divulgador dos problemas sociais e econômicos do Nordeste.

2. *E sobretudo provou que, embora as raízes de sua vocação de romancista se alimentem do seu provincianismo ...*

Depreende-se do emprego da expressão grifada que seu correto entendimento está em:

- (A) uma maneira de ser e de mostrar aspectos e costumes próprios de uma província ou região.
 - (B) exprimir habitualmente um mau gosto acentuado, consolidado em uma província ou região isolada.
 - (C) tentar corrigir o atraso no modo de vida e nos costumes típicos de determinada região ou província.
 - (D) criar personagens sem expressão, por estarem inseridas em um meio provinciano bastante atrasado.
 - (E) dedicar-se à criação de romances cujo interesse extrapola as características de determinada região.
3. *Com **Usina** esgotou o assunto. Sem se repetir, não poderia continuar a estudar o mesmo tema.*
- As afirmativas acima conduzem à correta interpretação de que, segundo a autora, José Lins do Rego
- (A) apresentava uma visão infantil em seus romances regionais – e, portanto, sujeita a interpretações equivocadas dos fatos vivenciados em sua história.
 - (B) estava sendo redundante nos temas abordados em seus romances – a vida no Nordeste durante sua infância –, porém continuava ainda a explorá-los.
 - (C) com **Pureza**, ainda era visto e reconhecido como um escritor voltado para um único tema – a vida no Nordeste dos engenhos de açúcar e sua transformação em usinas.
 - (D) somente deveria mudar os temas trabalhados em seus romances quando todos os aspectos regionais – especialmente a natureza da região nordestina – tivessem sido abordados.
 - (E) já havia abordado todas as facetas do seu mundo particular – o engenho e a produção do açúcar – e se tornaria monótono e enfadonho caso continuasse a explorar esses temas.

4. *José Lins do Rego mostrou [...] poder prescindir da terra para formar o ambiente ...*

O verbo grifado pode ser corretamente substituído, sem alteração de sentido e da estrutura da frase, por

- (A) abstrair.
 - (B) rejeitar.
 - (C) usufruir.
 - (D) concentrar.
 - (E) distrair.
5. *Essa pergunta era formulada por todos ...*
- O verbo que admite transposição para a voz passiva, como no exemplo acima, está empregado na frase:
- (A) **Pureza** foi a resposta do romancista ...
 - (B) *Já estamos habituados ao romance anual de José Lins do Rego ...*
 - (C) *... o romancista nos trazia mais um caso da família de José Paulino ...*
 - (D) *... dos canaviais que assobiam ao vento ...*
 - (E) *... não é apenas o cronista do Nordeste.*



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

Na história da moderna literatura brasileira, a obra de José Lins do Rego representa uma época, uma corrente de pensamento dentro da atividade criadora na ficção. Confluíram em seus livros caminhos de diversas origens, raízes aflorantes no solo e outras de mais longa viagem subterrânea, as primeiras de contemporâneos em tentativas recentes e as segundas de nomes mais antigos na história do romance brasileiro.

Mas o menino José – José Lins do Rego Cavalcanti –, nascido aos 3 de junho de 1901, no engenho Corredor, município de Pilar, Estado da Paraíba, já trazia consigo outras raízes que iria acrescentar a essas heranças. Raízes do sangue e da terra, que vinham de João do Rego Cavalcanti e Amélia do Rego Cavalcanti, seus pais, passando de geração em geração por outros homens e mulheres sempre ligados ao mundo rural do Nordeste açucareiro.

Seu primeiro livro – Menino de engenho – é chave de uma obra que se revelou de importância fundamental na história do moderno romance brasileiro. O escritor mesmo, certa vez, em artigo de jornal, contou alguma coisa a respeito do livro de estreia: “O livro foi oferecido a todos os editores nacionais, de todos recebeu um não seco, quando não me deram o calado como resposta. Só mais tarde uma editora desconhecida, com dinheiro do meu bolso, publicaria a novela. Havia por esse tempo a revolução de São Paulo e, apesar da convulsão, esgotou-se em três meses. Uma edição de 2000 exemplares foi quase toda vendida no Rio”.

Além das opiniões elogiosas da crítica, o livro mereceu também o prêmio de romance da Fundação Graça Aranha, o que consolidou sem dúvida a posição do estreante, que então se lança ao trabalho com maior entusiasmo e ímpeto criador, para oferecer no ano seguinte – 1933 – o segundo livro do “Ciclo da Cana-de-Açúcar” – Doidinho. Daí por diante sua obra não conheceu interrupções maiores. A partir de Banguê, em 1934, seus livros trazem então uma nova e definitiva chancela editorial – Livraria José Olympio Editora. No ano seguinte, 1935, José Lins publicaria Moleque Ricardo, penúltima parte do ciclo, que ficará definitivamente encerrado com o aparecimento de Usina, em 1936.

(Adaptado de Wilson Lousada. Breve notícia-vida de José Lins do Rego. **Usina**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. XI-XVI)

6. O livro foi oferecido a todos os editores nacionais, de todos recebeu um não seco ...

O segmento em destaque na frase acima exerce a mesma função sintática que o elemento grifado em:

- (A) ... o que consolidou sem dúvida a posição do estreante ...
- (B) ... quando não me deram o calado como resposta.
- (C) Seu primeiro livro – **Menino de engenho** – é chave de uma obra ...
- (D) O escritor mesmo, certa vez, em artigo de jornal, contou alguma coisa a respeito do livro de estreia ...
- (E) ... que ficará definitivamente encerrado com o aparecimento de **Usina**, em 1936.

7. O texto mostra que

- (A) o mundo rural do Nordeste açucareiro não era infenso à cultura letrada, como o comprovam os ancestrais de José Lins do Rego que eram escritores, de quem ele herdou o talento para recriar literariamente a região onde nasceu.
- (B) a obra de José Lins do Rego, a despeito de suas grandes qualidades como documento de determinada época, é relativamente datada, pois o escritor não conseguiu subtrair-se à influência exercida pela família e pela região natal.
- (C) o livro de estreia de José Lins do Rego, embora publicado por uma editora desconhecida, foi a sua obra de maior sucesso, tendo vendido dois mil exemplares, marca que não seria atingida nas obras seguintes publicadas por renomada editora.
- (D) as histórias que compõem o “Ciclo da Cana-de-Açúcar” são inteiramente fictícias, pois a atividade criadora de José Lins do Rego teria suplantado as influências familiares e aquelas advindas da região onde nascera.
- (E) as experiências de escritores que viviam no tempo de José Lins do Rego e as de escritores do passado concorrem para a obra do escritor paraibano, sem contar o que ela deve às próprias origens do autor.

8. Considerado o contexto, o segmento adequadamente expresso em outras palavras está em:

- (A) *apesar da convulsão* = malgrado a grande agitação
- (B) *chancela editorial* = diplomacia publicística
- (C) *Além das opiniões elogiosas* = em seguida às asserções aparatosas
- (D) *ímpeto criador* = disposição inventariante
- (E) *raízes aflorantes no solo* = origens florescentes sob o rés do chão

9. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada corretamente em:

- (A) *o que consolidou sem dúvida a posição do estreante* = o que sem dúvida lhe consolidou
- (B) *seus livros trazem [...] uma nova e definitiva chancela editorial* = seus livros trazem-la
- (C) *que iria acrescentar a essas heranças* = que lhes iria acrescentar
- (D) *o livro mereceu [...] o prêmio* = o livro mereceu-no
- (E) *uma editora desconhecida [...] publicaria a novela* = uma editora desconhecida lhe publicaria

10. Havia por esse tempo a revolução de São Paulo ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está empregado em:

- (A) Seu primeiro livro – **Menino de engenho** – é chave de uma obra ...
- (B) Uma edição de 2000 exemplares foi quase toda vendida no Rio.
- (C) Confluíram em seus livros caminhos de diversas origens ...
- (D) Daí por diante sua obra não conheceu interrupções maiores.
- (E) Raízes do sangue e da terra, que vinham de João do Rego Cavalcanti e Amélia do Rego Cavalcanti, seus pais ...

**Raciocínio Lógico**

Atenção: Para responder às questões de números 11 e 12 utilize o texto abaixo.

Uma empresa numerou os 365 dias do ano 2013 conforme indica a **tabela 1**. Na **tabela 2** estão indicados os totais de dias de cada mês de 2013. A **tabela 3** indica a numeração dos únicos dias de folga de três funcionários dessa empresa em 2013, sendo que o padrão das sequências numéricas dessa tabela se mantém até o último dia de 2013.

Tabela 1

1º janeiro	1
2 de janeiro	2
3 de janeiro	3
⋮	⋮
30 de dezembro	364
31 de dezembro	365

Tabela 2

Fevereiro	28 dias
Abril, junho, setembro, novembro	30 dias
Demais meses	31 dias

Tabela 3

Alberto	1, 8, 15, 22, 29, 36, 43, ...
Bernadete	2, 8, 14, 20, 26, 32, 38, ...
Carlos	3, 8, 13, 18, 23, 28, 33, ...

11. Dos três funcionários citados na **tabela 3**, no último dia de 2013

- (A) apenas Alberto estará de folga.
 (B) apenas Bernadete estará de folga.
 (C) apenas Carlos estará de folga.
 (D) apenas Alberto não estará de folga.
 (E) todos não estarão de folga.

12. O dia 8 de janeiro foi o primeiro dia de 2013 em que Alberto, Bernadete e Carlos folgaram, todos juntos. O segundo dia do ano em que isso ocorrerá será em

- (A) 23 de julho.
 (B) 6 de agosto.
 (C) 18 de setembro.
 (D) 21 de abril.
 (E) 9 de novembro.

13. Ernesto comprou uma calculadora que está com problemas na realização de adições de números naturais. Algumas adições são feitas corretamente, e outras de forma incorreta, mas seguindo sempre uma mesma lógica. Veja a seguir oito exemplos de adições com os respectivos resultados indicados nessa calculadora:

$536+731=1270$	$234+88=320$	$64+20=80$	$9+17=30$
----------------	--------------	------------	-----------

$97+158=255$	$47+38=85$	$9+8=20$	$76+34=110$
--------------	------------	----------	-------------

Ernesto fez nessa calculadora a conta $339+872$ e, em seguida, pegou o resultado fornecido por ela e somou, na calculadora, com um número natural que indicaremos por x . O resultado final indicado na calculadora foi 1230. Nas condições descritas, todos os possíveis valores de x vão de

- (A) 19 até 29.
 (B) 20 até 30.
 (C) 10 até 14.
 (D) 16 até 24.
 (E) 9 até 20.

14. Maria fará um empréstimo de R\$ 10.000,00 para pagar depois de dois meses. As opções possíveis de empréstimo são:

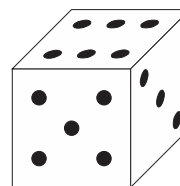
Opção A: juros simples de 5% ao mês.

Opção B: juros compostos de 4% ao mês, capitalizados mensalmente.

A melhor opção para Maria, e o quanto ela gastará a menos que na outra opção são, respectivamente,

- (A) B e R\$ 176,00.
 (B) A e R\$ 85,00.
 (C) A e R\$ 200,00.
 (D) B e R\$ 184,00.
 (E) B e R\$ 120,00.

15. A figura indica três das seis faces de um dado não convencional. Esse dado não é convencional porque em suas seis faces aparecem apenas marcações com os números 3, 5 e 6.



Em um lançamento ao acaso, a probabilidade de sair o número 6 nesse dado é $\frac{1}{3}$, e a de sair o número 3 é $\frac{1}{2}$.

Nas condições descritas, a soma dos números indicados nas seis faces desse dado é igual a

- (A) 23.
 (B) 29.
 (C) 26.
 (D) 28.
 (E) 27.



História da Paraíba

16. Considere a afirmação a seguir:

Em meados de 1929, após várias conversações, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência.

(Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 319)

As candidaturas mencionadas

- (A) venceram legalmente as eleições, mas Vargas e seu vice foram impedidos de tomar posse, fato que provocou o estopim da Revolução de 1930, marcando o fim da Primeira República e o início do Estado Novo no Brasil.
- (B) saíram derrotadas nas eleições, apesar de contarem com amplo apoio político, fato que, somado ao assassinato de João Pessoa, mobilizou as camadas populares da sociedade a tomarem o poder e a conduzirem a Revolução.
- (C) sequer chegaram a concorrer de fato, pois o presidente em exercício, Washington Luís, empossou Júlio Prestes como seu sucessor antes das eleições, gerando grande indignação por parte dos tenentes e dos estados do Norte e do Nordeste.
- (D) representaram uma aliança nacional entre tenentes, anarquistas, comunistas e "coronéis" de todos os estados do país, com o objetivo de combater a política do café com leite e instaurar um regime federalista e democrático.
- (E) foram lançadas pela Aliança Liberal, para concorrer com a candidatura de Júlio Prestes à presidência, nome que representava os interesses da oligarquia cafeeira paulista, então detentora do poder em nível federal.

17. Após invadirem o nordeste brasileiro, os holandeses conquistaram o apoio de alguns importantes senhores de engenho e proprietários de terras. Esse apoio foi obtido com a ajuda de várias medidas empregadas pelo governo de Maurício de Nassau, dentre as quais podemos destacar

- (A) a introdução de novas técnicas de cultivo da cana e a organização de um governo democrático.
- (B) o estímulo à produção de diversas culturas, sem ênfase na exportação do açúcar, e ao desenvolvimento do mercado interno.
- (C) a tolerância religiosa e a distribuição dos lucros da Companhia das Índias Ocidentais entre a elite local.
- (D) a concessão de empréstimos e a taxação de impostos mais baixos que os cobrados por Portugal.
- (E) a urbanização das regiões dominadas e a igualdade de tratamento aplicada a holandeses, portugueses, judeus e negros.

18. Em meados dos anos 1950, diversas Ligas Camponesas emergiram na região da Zona da Mata, com atuação destacada em Pernambuco e na Paraíba. Tais Ligas

- (A) defendiam a reforma agrária, congregaram dezenas de milhares de trabalhadores rurais e seus líderes foram perseguidos durante o Regime Militar.
- (B) organizavam os trabalhadores rurais em sindicatos vinculados ao governo, reivindicando melhorias salariais e frentes de trabalho durante a seca.
- (C) subordinavam-se à Igreja Católica, uma vez que seus idealizadores eram padres defensores da Teologia da Libertação, comovidos com a miséria nordestina.
- (D) extinguíram-se totalmente como movimento agrário, após conquistarem a aprovação do Estatuto da Terra no início dos anos 1960.
- (E) transformaram-se em grupos guerrilheiros, formando um exército rural que venceu a guerrilha do Araguaia e foi desarticulado logo em seguida, nos anos 1970.

19. Após a expulsão dos holandeses, a administração portuguesa incentivou o povoamento do oeste da Paraíba. As práticas adotadas para concretizar essa ocupação foram

- (A) o incentivo às *entradas* e a autorização para a livre mineração, uma vez que nesse período foram descobertas dezenas de jazidas de ouro na região, em torno das quais se formavam os primeiros *arraiais*.
- (B) a instalação de fazendas de criação de gado bovino em áreas bem servidas por rios, e a fundação sistemática de *povoações*, *freguesias* e *vilas* que garantiam a posse portuguesa daquele território.
- (C) a construção de quartéis e a transferência dos engenhos de cana-de-açúcar situados próximos ao litoral para o sertão, a fim de promover o desenvolvimento de núcleos urbanos no interior.
- (D) o estímulo e o patrocínio, por parte da Coroa Portuguesa, às famílias europeias pobres que, ao emigrarem, recebiam *sesmarias* e volumosos recursos para se instalarem em lugares isolados.
- (E) o apoio aos missionários e a estratégia governamental de "fazer vistas grossas" à instalação de quilombos, favorecendo a abertura de caminhos e o início de alguma atividade agrícola produtiva no sertão.

20. A Tragédia de Tracunhaém é a denominação do episódio histórico

- (A) em que centenas de indígenas, que habitavam o território entre Pernambuco e Paraíba, foram massacrados por conquistadores portugueses, em um ataque surpresa liderado por Frutuoso Barbosa.
- (B) ocorrido no rio de mesmo nome, quando uma frota de embarcações portuguesas foi alvo do ataque de tribos indígenas e de colonizadores holandeses, sendo todos os tripulantes mortos.
- (C) que resultou na morte de todos os colonos que habitavam o engenho de mesmo nome, motivando a determinação dos portugueses em controlar mais rigorosamente a região por meio da criação da capitania da Paraíba.
- (D) no qual uma forte epidemia de varíola se alastrou e dizimou, em poucos meses, várias aldeias indígenas e as populações que habitavam diversas vilas em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte.
- (E) decorrente do enfrentamento entre colonizadores franceses e portugueses, aliados a tribos indígenas, que terminou com a destruição completa dos vilarejos da capitania de Itamaracá, e um grande número de mortos de ambos os lados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil**

21. A respeito dos direitos da personalidade, é INCORRETO afirmar que

- (A) o cônjuge ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau poderá exigir que cesse a lesão a direito de personalidade do morto, bem como reclamar perdas e danos.
- (B) é defeso, salvo por exigência médica, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bens costumes.
- (C) independe de prova do prejuízo a indenização, pela publicação não autorizada de imagem de pessoa, com fins econômicos ou comerciais.
- (D) a proteção do pseudônimo de autor de obra artística, literária ou científica só goza de proteção legal quando constar do registro civil da pessoa que o utilizar.
- (E) sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

22. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é INCORRETO afirmar que a lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre

- (A) a qualificação dos bens e as relações a eles concernentes.
- (B) o começo e o fim da personalidade.
- (C) o nome.
- (D) a capacidade.
- (E) os direitos de família.

23. Pedro reside com a esposa e um filho em João Pessoa. Tem escritório e apartamento em Recife, onde também reside e comparece em dias alternados. Nas férias e feriados prolongados, aluga uma casa em Natal e ali permanece com a família. De acordo com o Código Civil brasileiro, considera-se domicílio de Pedro

- (A) João Pessoa e Natal, apenas.
- (B) João Pessoa, apenas.
- (C) João Pessoa, Recife e Natal.
- (D) Recife, apenas.
- (E) João Pessoa e Recife, apenas.

24. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação de negócio jurídico, contado, no caso de

- (A) atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.
- (B) coação, do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (C) fraude contra credores, do dia em que a fraude foi descoberta.
- (D) erro, do dia em que o erro foi constatado.
- (E) estado de perigo ou lesão, do dia em que forem reconhecidos em juízo por sentença definitiva.

25. A interrupção da prescrição

- (A) contra o devedor solidário não envolve os demais e seus herdeiros.
- (B) contra um dos herdeiros do devedor solidário, tratando-se de obrigações e direitos indivisíveis, não prejudica os outros herdeiros.
- (C) produzida contra o principal devedor prejudica o fiador.
- (D) por um dos credores solidários não aproveita os outros.
- (E) contra um dos herdeiros do devedor solidário, tratando de obrigações e direitos indivisíveis, não prejudica os outros devedores.

Direito Processual Civil

26. Paulo reside em Natal e tem um terreno na praia de Boa Viagem, em Recife. Certo dia, descobriu que Pedro, residente em João Pessoa, tinha invadido seu terreno em Recife e nele construiu um barracão. A ação de reintegração de posse contra Pedro

- (A) só poderá ser proposta no foro de João Pessoa, por ser o do domicílio do réu.
- (B) só poderá ser proposta no foro de Recife.
- (C) poderá ser proposta tanto no foro de Recife, como no foro de João Pessoa.
- (D) só poderá ser proposta no foro de Natal, por tratar-se de direito de vizinhança.
- (E) poderá ser proposta tanto no foro de Natal, como no de João Pessoa ou no de Recife.

27. No que concerne à intervenção de terceiros, é INCORRETO afirmar que

- (A) feita a denunciação à lide pelo demandante, se o demandado não comparecer, o processo será julgado à sua revelia.
- (B) a denunciação à lide pode dar-se tanto pelo demandante, como pelo demandado.
- (C) no chamamento ao processo, aceito o chamamento, forma-se um litisconsórcio facultativo simples entre o chamante e o chamado.
- (D) a oposição pode ser oferecida em qualquer fase do processo, inclusive na segunda instância, após a sentença.
- (E) oferecida a oposição, os opostos serão citados na pessoa de seus advogados, podendo oferecer contestação, bem como apresentar exceção ou reconvenção.

28. No recurso de apelação, é INCORRETO afirmar que

- (A) o tribunal, constatando a ocorrência de nulidade sanável, poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes.
- (B) quando o pedido da defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- (C) serão objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.
- (D) as questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
- (E) apresentada a resposta, o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso só pode ser feito pelo tribunal.



<p>29. José propôs ação ordinária contra João, cobrando a quantia de R\$ 6.000,00 que lhe havia sido emprestada e que não foi paga no prazo combinado. João foi pessoalmente citado e não apresentou contestação, nem constituiu procurador nos autos, tendo sido decretada a sua revelia. José, em face da revelia, alterou o pedido inicial para cobrar outra dívida de R\$ 10.000,00, alegando que também não foi honrada pelo réu no prazo convencionado. Nesse caso,</p> <p>(A) João não terá direito de resposta em razão da sua condição de revel, sem procurador nos autos.</p> <p>(B) José deverá promover nova citação e João terá assegurado o direito de responder no prazo de quinze dias somente sobre o que foi aditado.</p> <p>(C) João terá assegurado o direito de se manifestar no prazo de cinco dias, independentemente de nova citação.</p> <p>(D) José deverá promover nova citação e João terá assegurado o direito de responder no prazo de quinze dias sobre o pedido inicial e também sobre o aditamento.</p> <p>(E) fica a critério do juiz determinar ou não que José promova nova citação de João.</p>	<p>32. Considere a seguinte situação hipotética: o Ministério Público do Estado da Paraíba ajuizou ação de improbidade administrativa contra o Governador do Estado e uma determinada empresa, alegando a ocorrência de ato improprio causador de lesão ao erário. Atribuiu à causa o valor de dois milhões de reais, pleiteando, portanto, o ressarcimento desse montante aos cofres públicos. No curso da demanda, o Governador veio a falecer, razão pela qual, seu único filho, João, passou a integrar o polo passivo da ação. Saliente-se que o falecido era solteiro e tinha um patrimônio de um milhão de reais. Caso a ação de improbidade seja julgada procedente, João</p> <p>(A) não responderá por qualquer condenação pecuniária, vez que a Lei de Improbidade não prevê tal hipótese.</p> <p>(B) responderá pela condenação pecuniária até o montante de dois milhões de reais.</p> <p>(C) responderá pela condenação pecuniária até o montante de um milhão de reais.</p> <p>(D) responderá pela condenação pecuniária até o montante de quinhentos mil reais.</p> <p>(E) não responderá por qualquer condenação, vez que o falecimento transfere a responsabilidade pelo ato improprio ao outro corréu, no caso, a empresa.</p>
<p>30. Paulo, na condição de réu, admitiu em juízo, por erro essencial, a verdade de um fato contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A sentença, fundamentada apenas na confissão, transitou em julgado. Após o trânsito em julgado, Paulo veio a falecer. Nesse caso, a confissão</p> <p>(A) não pode ser revogada, porque o confitente não ajuizou em vida ação rescisória para essa finalidade.</p> <p>(B) pode ser revogada por ação anulatória ajuizada pelo Ministério Público.</p> <p>(C) pode ser revogada por ação rescisória proposta pelos herdeiros do confitente.</p> <p>(D) só poderia ser revogada através de ação anulatória proposta pelos herdeiros se o óbito do confitente tivesse ocorrido antes do trânsito em julgado da sentença.</p> <p>(E) pode ser revogada por ação anulatória proposta pelos herdeiros do confitente.</p>	<p>33. Sobre o tema da convalidação do ato administrativo, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A convalidação se dá pela edição de um segundo ato administrativo, com o fito de corrigir o primeiro praticado com vício.</p> <p>(B) O ato administrativo com vício de finalidade pode, em regra, ser convalidado; assim, é possível corrigir um resultado que estava na intenção do agente que praticou o ato.</p> <p>(C) A convalidação produzirá efeitos <i>ex tunc</i>.</p> <p>(D) Não se pode convalidar um ato quando a sua repetição importe na reprodução do vício anterior.</p> <p>(E) A Administração não poderá convalidar seus atos administrativos se estes já tiverem sido impugnados pelo particular, exceto se tratar de irrelevante formalidade, pois neste caso os atos são sempre convalidáveis.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>31. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por</p> <p>(A) trimestre de atividade profissional, permitida a acumulação.</p> <p>(B) bimestre de atividade profissional, permitida a acumulação.</p> <p>(C) trimestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.</p> <p>(D) semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.</p> <p>(E) semestre de atividade profissional, permitida a acumulação.</p>	<p>34. Segundo a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a aplicação retroativa de nova interpretação e a cobrança de despesas processuais são, respectivamente,</p> <p>(A) vedada e admitida em situações excepcionais previstas em lei.</p> <p>(B) admitida excepcionalmente e vedada.</p> <p>(C) permitida como regra e permitida em qualquer hipótese.</p> <p>(D) vedada e vedada em qualquer hipótese.</p> <p>(E) permitida como regra e admitida em situações excepcionais previstas em lei.</p>



35. Os órgãos públicos, quanto à posição estatal, classificam-se em independentes, autônomos, superiores e subalternos. Desta feita, as Secretarias de Estado e as Casas Legislativas são classificadas, respectivamente, em órgãos públicos:

- (A) superiores e superiores.
- (B) independentes e autônomos.
- (C) independentes e superiores.
- (D) superiores e autônomos.
- (E) autônomos e independentes.

Direito Constitucional

36. Considere:

- I. partidos políticos
- II. direito eleitoral
- III. direito penal
- IV. nacionalidade

Segundo a Constituição Federal brasileira, é vedada a edição de medidas provisórias sobre as matérias indicadas em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

37. Considere a seguinte situação hipotética: O projeto de lei "A" é de iniciativa do Presidente da República. O projeto de lei "B" é de iniciativa do Supremo Tribunal Federal. O projeto de lei "C" é de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça e o projeto de lei "D" é de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com a Constituição Federal brasileira, terão início na Câmara dos Deputados a discussão e votação dos projetos

- (A) "A" e "B", apenas.
- (B) "A", "B" e "C", apenas.
- (C) "B", "C" e "D", apenas.
- (D) "A", "B", "C" e "D".
- (E) "A" e "D", apenas.

38. Considere a seguinte situação hipotética: Carla é Desembargadora do Tribunal de Justiça da Paraíba e Marco é Juiz federal. De acordo com a Constituição Federal brasileira,

- (A) Carla e Marco poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça, se indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Carla e Marco poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça, se indicados, respectivamente, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Carla e Marco poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça, se indicados, respectivamente, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Carla e Marco não poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça.
- (E) apenas Marco poderá fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça, se indicado pelo Supremo Tribunal Federal.

39. Considere a seguinte situação hipotética: Márcia é Governadora do Estado da Paraíba e Diana é Prefeita da cidade de Teixeira. Ambas pretendem concorrer ao cargo de Presidente da República. Neste caso,

- (A) há impedimento legal para concorrerem ao cargo específico de Presidente da República, sendo vedada a renúncia de seus respectivos cargos pela carta magna.
- (B) ambas devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (C) Diana deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito e Márcia até um ano antes do pleito.
- (D) ambas devem renunciar aos respectivos mandatos até doze meses antes do pleito.
- (E) Diana deve renunciar ao seu respectivo mandato até seis meses antes do pleito e Márcia até três meses antes do pleito.

40. Considere as seguintes assertivas a respeito das Competências da União, dos Estados e Municípios:

- I. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- II. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento.
- III. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- IV. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral.

Segundo a Constituição Federal brasileira é correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.



Legislação Institucional (Regimento Interno)

41. Considere as seguintes assertivas:

- I. As sessões legislativas ordinárias vão de 01 de fevereiro a 20 de junho e de 05 de julho a 20 de dezembro.
- II. A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura não serão precedidas de sessões preparatórias.
- III. Quando convocada extraordinariamente, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação, sendo possível o pagamento de parcela indenizatória.
- IV. A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 20 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias.

Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

42. Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de blocos parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder, quando a representação for igual ou superior a um doze avos da composição da Assembleia. O Líder, dentre outras, tem a prerrogativa de encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a

- (A) dois minutos.
- (B) cinco minutos.
- (C) três minutos.
- (D) dez minutos.
- (E) quinze minutos.

43. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, especificamente no que concerne às Comissões Permanentes, está correto o que se afirma em:

- (A) São compostas de cinco membros, exceto as de Constituição, Justiça e Redação e de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária.
- (B) O término do mandato de seus membros não coincidirá com o dos membros da Mesa.
- (C) O número total de vagas nas Comissões Permanentes, em regra, excederá o dobro da composição da Assembleia Legislativa.
- (D) A designação dos seus membros far-se-á por Ato do Presidente, no prazo de noventa dias úteis da instalação da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.
- (E) Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular ou suplente, de mais de (5) cinco Comissões Permanentes, bem como presidir mais de uma.

44. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, a Comissão Parlamentar de Inquérito concluirá seus trabalhos no prazo máximo de

- (A) cento e oitenta dias, prorrogável por igual período, mediante deliberação do Presidente.
- (B) cento e vinte dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário.
- (C) noventa dias, prorrogável por igual período, mediante deliberação do Presidente.
- (D) cento e oitenta dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário.
- (E) cento e vinte dias, prorrogável por igual período, mediante deliberação do Presidente.

45. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, especificamente no que concerne ao requerimento de urgência urgentíssima, está correto o que se afirma em:

- (A) Poderá ser requerido para matéria em regime de urgência.
- (B) Poderá ser requerido para medidas provisórias.
- (C) O quórum para aprovação de tal requerimento é de maioria relativa.
- (D) Tal requerimento poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado pela Mesa, ainda que não se trate de competência desta.
- (E) Tal requerimento possibilita que a proposição seja incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada.

46. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, as emendas terão preferência na seguinte ordem:

- (A) supressiva; substitutiva; modificativa; aditiva.
- (B) substitutiva; modificativa; supressiva; aditiva.
- (C) modificativa; supressiva; substitutiva; aditiva.
- (D) aditiva; substitutiva; modificativa; supressiva.
- (E) aditiva; supressiva; modificativa; substitutiva.

47. Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, especificamente em relação aos destaques, será obedecida a seguinte norma, dentre outras:

- (A) Admite-se destaque de emenda para constituição de grupos diferentes daqueles a que, regimentalmente, pertençam.
- (B) O requerimento deve ser formulado até ser anunciada a votação da proposição, se o destaque atingir algumas de suas partes ou emendas.
- (C) Admite-se destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição.
- (D) Concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada, que, em hipótese alguma, integrará o texto.
- (E) O destaque de parte de qualquer proposição, bem como de emenda do grupo a que pertencer, não será concedido mediante requerimento de qualquer Deputado.



48. Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, não admite adiamento de discussão a proposição em regime de urgência, salvo se requerido por um
- (A) quinto dos membros da Casa, ou Líderes que representem esse número, por prazo não excedente a três sessões.
 - (B) terço dos membros da Casa, ou Líderes que representem esse número, por prazo não excedente a uma sessão.
 - (C) quinto dos membros da Casa, ou Líderes que representem esse número, por prazo não excedente a uma sessão.
 - (D) quarto dos membros da Casa, ou Líderes que representem esse número, por prazo não excedente a três sessões.
 - (E) terço dos membros da Casa, ou Líderes que representem esse número, por prazo não excedente a três sessões.

49. João, Deputado Estadual da Paraíba, necessita de licença para tratamento de saúde. Referida licença, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba,
- (A) não será, em qualquer hipótese, concedida durante os períodos de recesso constitucional.
 - (B) será, em regra, concedida durante os períodos de recesso constitucional, exceto no caso de convocação extraordinária.
 - (C) será, em regra, concedida durante os períodos de recesso constitucional, exceto no caso de prorrogação da sessão legislativa extraordinária.
 - (D) não será concedida durante os períodos de recesso constitucional, salvo nos casos de prorrogação da sessão legislativa ordinária ou de convocação extraordinária.
 - (E) será sempre concedida durante os períodos de recesso constitucional.

50. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, a declaração de renúncia do Deputado ao mandato
- (A) tornar-se-á efetiva e irrevogável depois de lida no Grande Expediente e publicada no Diário do Poder Legislativo.
 - (B) deve ser dirigida por escrito à Mesa e depende de aprovação da Assembleia.
 - (C) tornar-se-á efetiva e irrevogável depois de lida no Pequeno Expediente e publicada no Diário do Poder Legislativo.
 - (D) pode ser dirigida oralmente à Mesa, porém exige aprovação da maioria absoluta da Assembleia.
 - (E) deve ser dirigida por escrito ao Governador do Estado.

Constituição do Estado da Paraíba

51. Segundo a Constituição do Estado da Paraíba, o Poder Legislativo do Estado da Paraíba é exercido pela Assembleia Legislativa,
- (A) composta de até o triplo da representação do Estado na Câmara Federal que, atingindo o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
 - (B) cujas deliberações de suas comissões serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a maioria relativa de seus membros.
 - (C) que é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário em escrutínio secreto e indireto.
 - (D) que possui competência privativa para autorizar, por voto de, no mínimo, um terço de seus membros, a instauração de processo contra o Governador, o Vice-Governador e os Secretários de Estado.
 - (E) que possui competência privativa para aprovar, por voto de, no mínimo, um terço de seus membros, intervenção estadual no Município e o nome do interventor, ou suspendê-la, em escrutínio aberto.

52. Considere as seguintes assertivas a respeito dos deputados estaduais:
- I. A incorporação às Forças Armadas de Deputados, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembleia Legislativa.
 - II. Em regra, as imunidades de Deputados Estaduais não subsistirão durante o estado de sítio, independentemente de votação dos membros da casa legislativa, em razão da situação extrema e excepcional.
 - III. Os Deputados Estaduais não poderão, desde a expedição do diploma, ser diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
 - IV. Perderá, em regra, o mandato o Deputado Estadual que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa.
- De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, II e IV.

53. Considere a seguinte situação hipotética: Vinícius, Carlos, Ronaldo e Joaquim são Deputados Estaduais. Vinícius foi investido no cargo de Secretário de Estado; Carlos foi investido no cargo de Secretário de Prefeitura com população de, aproximadamente, trezentos mil habitantes; Ronaldo foi investido no cargo de Secretário de Prefeitura com população de, aproximadamente, quinhentos mil habitantes e Joaquim foi investido no cargo de Ministro da Saúde. Nestes casos, de acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, NÃO perderão o mandato de Deputado:
- (A) Vinícius, Carlos, Ronaldo e Joaquim.
 - (B) Vinícius, Carlos e Ronaldo, apenas.
 - (C) Vinícius e Joaquim, apenas.
 - (D) Carlos e Ronaldo, apenas.
 - (E) Ronaldo e Joaquim, apenas.



<p>54. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, a Assembleia Legislativa</p> <p>(A) deliberará, na sessão legislativa extraordinária, sobre a matéria para a qual foi convocada, bem como sobre as três últimas matérias que iniciaram debates ou votação.</p> <p>(B) reunir-se-á, na Capital do Estado, anualmente, de vinte de janeiro a vinte de dezembro.</p> <p>(C) será convocada extraordinariamente pelo Governador do Estado em caso de intervenção nos Municípios, detentor da competência privativa relativa à intervenção.</p> <p>(D) será convocada extraordinariamente pelo Presidente da Assembleia, a requerimento do Governador ou de Secretário de Estado em caso de urgência ou interesse público relevante.</p> <p>(E) reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de primeiro de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.</p>	<p>58. Com relação à educação, de acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, o Estado e os Municípios aplicarão</p> <p>(A) anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento de sua receita de imposto, inclusive a resultante de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(B) recursos provenientes de sua receita de impostos no desenvolvimento do ensino, de acordo com o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária, não havendo previsão mínima na referida Constituição.</p> <p>(C) anualmente, no mínimo, dez por cento de sua receita de imposto, exceto a resultante de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>(D) recursos provenientes de sua receita de impostos no desenvolvimento do ensino, de acordo com o previsto no Plano Plurianual, não havendo previsão mínima na referida Constituição.</p> <p>(E) semestralmente, no mínimo, quinze por cento de sua receita de imposto, exceto a resultante de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p>
<p>55. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, NÃO será objeto de delegação a matéria</p> <p>(A) legislativa sobre diretrizes orçamentárias.</p> <p>(B) reservada à lei complementar.</p> <p>(C) legislativa sobre a proteção e defesa à saúde.</p> <p>(D) legislativa sobre a organização do Ministério Público.</p> <p>(E) legislativa sobre planos plurianuais.</p>	<p>59. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, com relação à Administração Pública, considere:</p> <p>I. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>II. Nos cargos organizados em carreira, as promoções serão feitas por merecimento e antiguidade, alternadamente.</p> <p>III. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, dentre outros, a de dois cargos de professor ou de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.</p> <p>IV. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão trimestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>56. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, o Governador do Estado ficará suspenso de suas funções, quando acusado de cometer infrações penais comuns,</p> <p>(A) se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) após a instauração do respectivo processo pela Assembleia Legislativa.</p> <p>(C) se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) após trinta dias da instauração do respectivo processo pela Assembleia Legislativa.</p> <p>(E) após votação específica sobre a suspensão pela Assembleia Legislativa que decidirá pela maioria relativa de seus membros.</p> <p>57. O Chefe do Poder Executivo, dentre as suas atribuições previstas na Constituição do Estado da Paraíba, NÃO poderá delegar por Decreto Governamental, aos Secretários de Estado e ao Procurador-Geral do Estado, a atribuição de</p> <p>(A) celebrar convênios, empréstimos, acordos e atos congêneres, sujeitos a referendo da Assembleia Legislativa.</p> <p>(B) nomear e exonerar os Secretários de Estado.</p> <p>(C) remeter mensagem e plano de governo à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa.</p> <p>(D) realizar operações de crédito, autorizado pela Assembleia Legislativa.</p> <p>(E) prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.</p>	<p>60. NÃO Integra o Sistema Organizacional da Segurança e da Defesa Social,</p> <p>(A) o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba.</p> <p>(B) o Conselho Estadual de Trânsito.</p> <p>(C) a Polícia Militar do Estado da Paraíba.</p> <p>(D) o Conselho Superior do Tribunal de Justiça da Paraíba.</p> <p>(E) a Polícia Civil do Estado da Paraíba.</p>

**REDAÇÃO**

"Bem recebida foi aquela definição de quem chamou, a um engenho de açúcar, doce inferno. E, verdadeiramente, quem vir na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas, perpetuamente ardentes, as caldeiras, e a gente da cor toda da mesma noite, trabalhando vivamente e gemendo, tudo ao mesmo tempo, sem um momento de trégua ou de descanso, não poderá duvidar que é uma semelhança de inferno."

(Adaptado: Padre Antônio Vieira, século XVII)

O açúcar e o álcool combustível estão valorizados no mercado internacional, porém o dia a dia dos cortadores de cana pouco difere atualmente da realidade dos canaviais na época colonial. São precárias as condições de trabalho daquele que é considerado um dos mais insalubres ofícios no meio rural.

(Adaptado: Beatriz Camargo. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br>)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Transformações econômicas e sociais na produção do açúcar e do álcool

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	